

CORRIDA ELEITORAL

Narrativa do candidato à Presidência bate de frente com legado político do bolsonarismo

Reproduções/YouTube



O candidato se apresenta como moderado, mas o vínculo com a extrema-direita evidencia-se em gestos, como a participação no CPAC, nos EUA

Contradições no discurso de Flávio

» WAL LIMA

Ao assumir a condição de pré-candidato à Presidência da República, o senador Flávio Bolsonaro passou a desenhar uma estratégia de reposicionamento político que busca ampliar seu alcance para além da base bolsonarista tradicional. Mais conciliador no discurso, defensor do diálogo institucional e vocalizando pautas historicamente rejeitadas por setores da direita radical — como valorização da ciência, combate ao racismo e maior participação feminina nos espaços de poder —, o filho mais velho do ex-presidente tenta construir a imagem de um “Bolsonaro moderado”. A movimentação, no entanto, esbarra em um obstáculo central: a herança política e simbólica do sobrenome que carrega.

No núcleo aliado, a mudança de tom é tratada como ativo eleitoral. Líder da oposição na Câmara, Cabo Gilberto Silva (PL-PB) avalia que Flávio reúne características capazes de ampliar o alcance do campo conservador. “Ele é um cara bem moderado, um cara bem otimista. Não tenho dúvida de que vai furar a bolha”, afirmou. A fala reforça a leitura de aliados de que o senador pode alcançar eleitores fora do núcleo duro bolsonarista e se apresentar como uma versão mais palatável do conservadorismo.

O líder da oposição no Senado, Izalci Lucas (PL-DF), vê a postura de moderação de Flávio como um “amadurecimento natural” de quem vive o dia a dia do Parlamento. “Eu trabalho com o Flávio aqui no Senado há anos e posso dizer com propriedade: ele é um dos senadores mais articulados e equilibrados que temos. Ele consegue manter a essência e os valores que o (ex) presidente Jair Bolsonaro consolidou, como a defesa da liberdade, da propriedade privada e da família, mas com uma capacidade de interlocução muito maior”, disse o senador, ao destacar que o pré-candidato sabe ouvir e tem facilidade de construir pontes para vencer em 2026.

A construção dessa nova imagem tem sido acompanhada por gestos calculados. Entre aliados do senador, ganhou força a tese de compor uma chapa presidencial com uma mulher como vice, preferencialmente de perfil conservador e ligada ao eleitorado religioso.

Flávio Bolsonaro apresenta-se ao eleitorado como um 'Bolsonaro moderado'. Equivale ao círculo quadrado'

Ruy Castro, escritor

O cientista político Tiago Valenciano avalia que a guinada discursiva de Flávio tem alvo claro. “Não é que ele queira chegar perto da esquerda, mas daquele grupo de eleitores independentes, que ainda não escolheu candidato. Para isso, ele quer convencer esse eleitor mais moderado”, explicou. Rodrigo Dias, da Universidade de Brasília, destaca que a estratégia passa inevitavelmente pelo eleitorado feminino, maioria nas urnas. “Estamos falando de mais de 52% do eleitorado brasileiro, um segmento decisivo numa disputa apertada”, pontuou. Na mesma linha, Murilo Medeiros observa que o senador tenta abrir novas frentes de diálogo. “Ao abordar temas progressistas, Flávio busca reduzir resistências e ampliar diálogo com setores que rejeitavam o bolsonarismo tradicional, como mulheres, jovens e eleitores urbanos independentes”, afirmou.

Contradição

O reposicionamento, porém, entra em choque direto com a memória recente do bolsonarismo — especialmente nos temas que Flávio agora escolheu para se diferenciar.

Em artigo publicado em seu perfil no site da Academia Brasileira de Letras, o escritor Ruy Castro lança o questionamento: “Flávio Bolsonaro apresenta-se ao eleitorado como um ‘Bolsonaro moderado’. Equivale ao círculo quadrado e ao fato imaginário, especialidades da família Bolsonaro. Um de seus argumentos é que se vacinou contra a covid. E daí? Se achava a vacina tão importante a ponto de tomá-la, o que fez para sustar a política homicida de seu pai, que sonegou enquanto pôde a vacina à população, mentiu sobre ela, ridicularizou-a e, como um misto de camêlo e curandeiro, vendeu um substituto sabidamente ineficaz?”, indaga Castro em seu artigo.

No debate sobre mulheres, a contradição é evidente. Enquanto Flávio passou a defender maior presença feminina na política e acena à possibilidade de ter uma mulher como vice, Jair Bolsonaro protagonizou episódios que marcaram sua trajetória pública por declarações de teor machista e ofensivo. O caso mais emblemático ocorreu contra a deputada Maria do Rosário (PT-RS), alvo de ataques verbais do então parlamentar em uma fala que se tornou símbolo da violência política de gênero no país ao dizer que não a estupraria porque ela “não merece” e por ela ser “feia”. Anos depois, ao afirmar que o nascimento da filha havia sido uma “fraquejada”, Bolsonaro voltou a alimentar a rejeição de parte expressiva do eleitorado feminino ao bolsonarismo.

Maria do Rosário reagiu à nova postura do filho 01 do ex-presidente e agora presidenciável com desconfiança. “Flávio Bolsonaro não tem credibilidade para falar em fortalecer as mulheres. São palavras vazias. Toda a carreira política do seu sobrenome foi construída incentivando a violência contra mulheres. Alguma vez ele contestou seu pai? Nunca. Um candidato não se julga por suas palavras, mas pela sua prática”, criticou.

Na ciência, o distanciamento discursivo também é visível. Durante a pandemia, Jair Bolsonaro confrontou recomendações técnicas, minimizou a covid-19, desacreditou vacinas e sustentou um discurso negacionista em meio à crise sanitária. Flávio, por outro lado, passou a destacar que se vacinou e evita embates públicos contra consensos científicos, numa tentativa clara de se desvincular de uma das agendas mais controversas do governo bolsonarista.

A mudança aparece ainda na relação institucional. Enquanto Jair Bolsonaro construiu sua trajetória presidencial em embates

constantes com o Supremo Tribunal Federal (STF), ameaças de ruptura institucional e confrontos com ministros da Corte, Flávio tem procurado adotar uma linguagem mais cautelosa, defendendo em diferentes momentos o diálogo entre Poderes e uma postura menos incendiária.

A moderação, no entanto, é vista por opositores como mero cálculo político. Para o líder do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara dos Deputados, Pedro Uczai (RS), trata-se de uma operação eleitoral. “O perigo de um lobo que aprende etiqueta é que ele continua sendo um predador, mas sabe como se aproximar sem fazer barulho. A moderação de Flávio Bolsonaro é uma estratégia política eleitoral, não de consciência. É uma manobra de contenção de danos. O radicalismo do bolsonarismo tem um teto eleitoral difícil de romper”, afirmou.

No mesmo sentido, Rogério Correia (PT-MG) rejeita a tese de um bolsonarismo moderado. “Essa história de Bolsonaro moderado não existe. A perspectiva de um governo bolsonarista será a perspectiva de um governo antidemocrático. Isso está na gênese do bolsonarismo, que é uma vertente da extrema-direita”, declarou, acrescentando que, na visão dele, as pautas centrais do grupo permanecem intactas sob nova embalagem discursiva.

Gestos também contradizem o discurso de Flávio, como a participação no CPAC (Conservative Political Action Conference), evento da extrema-direita, realizado nos Estados Unidos, em março. No evento, em Dallas, Texas, ele comparou Jair Bolsonaro a Donald Trump e pediu que outros países monitorem as eleições brasileiras e exerçam “pressão diplomática” sobre as instituições do país.

Flávio Bolsonaro também disse que “o Brasil é a solução para que os EUA não dependam mais da China em terras raras e minerais críticos”.

É justamente nessa contradição que mora o maior desafio eleitoral de Flávio Bolsonaro. Ao suavizar o discurso, ele tenta crescer fora da bolha bolsonarista. Mas, ao mesmo tempo, precisa manter fidelidade ao legado que o projetou nacionalmente.

A assessoria do senador Flávio Bolsonaro foi procurada pelo **Correio** mas não respondeu até o fechamento desta edição.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



O poeta, o carteiro, o rombo dos Correios e o modelo logístico alemão

O Carteiro e o Poeta (Il Postino) é um filme de 1995, belíssimo, que se baseia em fatos verídicos: a amizade, numa pequena ilha da Itália, em 1953, entre um carteiro que mal sabe ler e o poeta Pablo Neruda, que o governo italiano aceitou como exilado do Chile, desde que ficasse quieto em lugar distante e não perturbasse. O diretor Massimo Troisi brilha neste seu último filme: morreu do coração, aos 41 anos, em 1994, ano das gravações. A música é do maestro Luís Bacalov, que fez *Os Saltimbancos*. A fotografia e as locações são espetaculares.

A amizade improvável entre Neruda e o carteiro iletrado é a poesia do filme. Para conquistar Beatrice, ele recita versos que o poeta escreveu para sua mulher. Num certo momento do filme, Neruda diz que ele roubou a poesia, ao que o carteiro responde: “Eu não roubei; a poesia é de quem precisa dela, e eu precisava”. O poeta aqiesce: “É uma forma interessante de apropriação de um bem”. Os carteiros estão entre os trabalhadores mais benquitos pela sociedade, como os bombeiros, mas hoje são uma espécie em extinção.

Não por acaso, entre 3 de fevereiro e 7 de abril deste ano, 3.181 funcionários aderiram ao programa de demissão voluntária dos Correios. A empresa estatal registrou o maior prejuízo de sua história: um rombo de R\$ 8,5 bilhões, sendo R\$ 6,4 bilhões só com despesas com precatórios, dívidas que precisam ser pagas por determinação da Justiça.

Nos últimos dias de 2025, os Correios conseguiram fechar um empréstimo de R\$ 12 bilhões. A maior parte dos recursos entrou ainda em dezembro passado. Esse crédito teve que ser usado para cobrir despesas emergenciais. Um consórcio com os bancos Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, com garantia do Tesouro Nacional, alongou as dívidas do **Correio**. De acordo com seu presidente, Emmanouel Schmidt Rondon, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Bradesco aportaram individualmente R\$ 3 bilhões. Já Itaú e Santander emprestaram outro R\$ 1,5 bilhão, cada um.

Funcionário de carreira do Banco do Brasil, Rondon assumiu a empresa em setembro passado, depois que a estatal triplicou seus prejuízos na gestão do Fabiano Silva dos Santos, advogado doutorado na PUC-SP e um dos coordenadores do grupo Prerrogativas. A necessidade de privatização dos Correios não é uma questão ideológica, nem a favor, nem contra. Decorre de fatores econômicos, estruturais e políticos que tornam a estatal insustentável. Os prejuízos são alimentados por pagamentos bilionários de precatórios, provisões para passivos trabalhistas e uma queda acentuada de receitas, especialmente pela perda de encomendas internacionais.

Concorrência

Alongamentos aliviam liquidez, mas não corrigem problemas de competitividade, estrutura de custos e modelo de negócio. A transformação estrutural do mercado postal-logístico, com o declínio do serviço de cartas, a migração do tráfego para plataformas digitais e a emergência de gigantes do e-commerce com logística própria, como Amazon e Mercado Livre, mudou o papel histórico dos Correios. Hoje, sua atividade de maior valor agregado é a logística de encomendas, que exige eficiência, escala, integração digital e investimento privado para adquirir competitividade.

Sim, a experiência internacional mostra redução de postos, precarização das contratações e enfraquecimento sindical quando o setor é privatizado, porém, há casos de grande sucesso na privatização, como a dos Correios da Alemanha. No Brasil, medidas como PDV, redução de jornada e adiamento de férias mostram que o modelo estatal com uma rede de 10 mil unidades de atendimento e 80 mil funcionários não consegue dar conta das exigências do mercado.

Não, empresas públicas não estão condenadas a dar prejuízo. Até o terceiro trimestre de 2025, empresas estatais federais (39 das 44 analisadas) registraram faturamento acumulado de R\$ 1,017 trilhão, 6,3% acima do igual período de 2024, com lucro agregado de R\$ 136,3 bilhões. Faturamento 22,5% superior ao dos primeiros nove meses de 2024. O investimento agregado somou R\$ 86,4 bilhões, crescimento de 34,3% em relação a 2024. No acumulado, as estatais pagaram R\$ 65,1 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio, sendo R\$ 33 bilhões para a União e R\$ 32,1 bilhões para demais acionistas.

Esses números mostram que a fragilidade dos Correios não é reflexo do desempenho do setor público, mas um caso particular muito grave, que precisa ser enfrentado com atitude e coragem, sem falar da competência técnica. O Deutsche Bundespost, que era a maior empresa estatal alemã, é um caso de sucesso: foi privatizado de forma escalonada a partir de 1995, com participação inicial do banco público KfW e oferta subsequente de ações ao mercado, processo que permitiu capital para a modernização.

O grupo ampliou sua atuação comprando a DHL em 2002 e se transformou no Deutsche Post DHL Group, um conglomerado global de logística com cerca de 550 mil empregados, presente em mais de 220 países, inclusive no Brasil, e receitas na casa de 61 bilhões de euros em 2018. O sucesso alemão combinou abertura de capital, governança corporativa, aquisições estratégicas e investimento em digitalização e malha logística internacional, o que resultou em escala global, eficiência operacional e diversificação das receitas. O modelo exigiu reformas internas, reestruturações trabalhistas e políticas de transição que tiveram custos sociais e foram acompanhadas por forte regulação e medidas para mitigar impactos.